



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Maia ganha força para presidência da CPMI

Deputado aparece como o mais cotado ao cargo após a desistência de André Fufuca. Favorito à relatoria é Eduardo Braga

» RAPHAEL FELICE

Os dois blocões da Câmara e do Senado começaram as articulações para definir presidência e relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas, criada na quarta-feira com a leitura do requerimento, feita pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pela movimentação nos bastidores das Casas, a presidência da comissão ficará com a Câmara, e o mais cotado para a função é o deputado Arthur Maia (União-BA). Caberá ao Senado, portanto, a relatoria. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) é o principal nome para o posto.

Arthur Maia integra a ala do União Brasil que não é tão próxima ao governo, apesar de o partido comandado por Luciano Bivar ter indicado três ministros para o Executivo. O deputado chegou a afirmar em entrevistas que “não tem motivos para votar com o governo” e também declarou apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições passadas. Ele, no entanto, é considerado um parlamentar experiente. No currículo, tem a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O governo avalia que o parlamentar terá uma atuação imparcial.

“Fui indicado pelo meu partido como membro titular da CPMI do 8 de janeiro. Esse assunto tem sido tratado de uma maneira muito radicalizada e passional e isso dificulta muito a discussão. Portanto, trabalharemos com isenção e responsabilidade, tendo em vista a importância do tema para o Brasil. A história merece ter um esclarecimento do que de fato aconteceu no dia 8 de janeiro”, disse o deputado, nas redes sociais.

O nome de Maia ganhou mais força após o deputado André Fufuca (PP-MA) desistir de postular a presidência da CPMI. Ele alegou que não poderia assumir, neste momento, “uma missão desse porte”. “Tenho a responsabilidade e a satisfação de liderar a bancada do Progressistas, compromisso que requer de mim toda a dedicação e empenho (...). A presidência de uma comissão tão importante para o nosso país

exige dedicação exclusiva para a condução dos trabalhos com equilíbrio e correção”, argumentou **Fufuca**, em comunicado.

Já o mais cotado para relator, Braga é aliado do governo. O favorito ao cargo era o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que tem relação muito próxima com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, devido à rixa dele com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo teve de buscar outro nome.

Distribuição

Como o **Correio** mostrou na edição de ontem, a divisão das vagas na CPMI será feita por uma regra de proporcionalidade dos blocos das Casas. Dentro dessa partilha haverá ainda outra distribuição proporcional entre os partidos que integram cada ala suprapartidária.

No PT do Senado, por exemplo, quatro parlamentares disputam duas vagas do partido: Fabiano Contarato (ES), Rogério Carvalho (SE), Augusta Brito (CE) e Humberto Costa (PE). Por sua vez, na Câmara, as vagas da federação PT/PCdoB/PV são pretendidas pelos deputados Lindbergh Farias (PT-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Rogério Correia (PT-MG). O governo ainda indicará deputados que compõem o bloco de Lira, como Duarte Jr (PSB-MA) e André Janones (Avante-MG).

No Senado, aliados de outras legendas, como Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Omar Aziz (PSD-AM), Otto Alencar (PSD-AM) e Eliziane Gama (PSD-MA) são dados como certos.

Na oposição, a tropa de choque aparece com nomes como os senadores Damarens Alves (DF) na vaga do Republicanos. No PL, Flávio Bolsonaro (RJ), Magno Malta (ES) e Jorge Seif (SC) disputam os dois lugares da sigla, além de Eduardo Girão (CE), do partido Novo, que compõe o bloco Vanguarda com o PL.

Na Câmara, Eduardo Bolsonaro (SP), Alexandre Ramagem (RJ) e André Fernandes (CE) são os parlamentares que o PL pretende indicar. O PP deve indicar André Fufuca, e o Podemos, Rodrigo Gambale (SP).

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



O deputado Arthur Maia integra a ala do União Brasil que não é tão próxima ao governo e declarou apoio a Bolsonaro nas eleições passadas

Proximidade

Fufuca foi o nome inicialmente apontado pelo “bloco” composto por União Brasil, PP, Federação PSDB-Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade e Patriota. Ele tinha a seu favor o fato de ser do partido de Lira, mas encontrava rejeição. Maranhense, tem proximidade do ministro da Justiça, Flávio Dino, que deverá ser um dos investigados e é o principal alvo de ataques dos bolsonaristas.

Mais 200 radicais vão virar réus

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para receber a segunda leva de denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra mais 200 bolsonaristas envolvidos nos atos golpistas.

Os ministros Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre os ataques; Dias Toffoli; Edson Fachin; Cármen Lúcia; Luiz Fux; e Luís Roberto Barroso votaram para tornar os extremistas réus. O placar está em 6 a 0.

O julgamento prossegue no plenário virtual até terça-feira. Nessa modalidade, os ministros registram os votos no sistema e não há reunião do colegiado.

O que o tribunal está decidindo nesta etapa é se aceita ou não as denúncias para abrir processos contra os radicais. O mérito das acusações será debatido em um segundo momento, quando, na prática, poderão ser impostas condenações.

Ao votar para abrir as ações penais, Moraes defendeu que os radicais tentaram “destruir o regime democrático e suas instituições, pregando a violência, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos”.

As denúncias em julgamento atingem manifestantes que teriam participado diretamente

dos atos de vandalismo e outros que teriam incitado os protestos golpistas.

As primeiras 100 denúncias foram aceitas em julgamento encerrado na segunda-feira. O placar foi de 8 a 2. Apenas os ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques, ambos indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, divergiram. Eles foram os últimos a votar, a poucas horas do fim do julgamento, e defenderam o envio das denúncias para a Justiça Federal.

A terceira leva de acusações, contra 250 extremistas, vai a julgamento entre 3 e 8 de maio no plenário virtual.

Carolina Antunes/PR



Amaro chefiou a Casa Militar no segundo mandato de Dilma Rousseff

General Amaro é escolhido para o GSI

O general Marcos Antônio Amaro dos Santos será o novo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A escolha foi confirmada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, em reunião com ministros, no Palácio da Alvorada.

Com o anúncio, que pode ser feito hoje, Lula põe fim a uma queda de braço no governo sobre a configuração do GSI e mantém a estrutura formada por militares.

Amaro chefiou a Casa Militar no segundo mandato de Dilma Rousseff, interrompido pelo impeachment, e vai substituir o general Gonçalves Dias, que caiu no dia 20.

A queda de G. Dias, como é chamado, ocorreu após vídeo do circuito de segurança do Palácio do Planalto mostrar que em 8 de janeiro ele circulou pelo terceiro andar do prédio, onde está o gabinete de Lula, sem reprimir os invasores golpistas.

O ministro interino do GSI, Ricardo Cappelli, determinou,

ontem, a demissão de mais 58 servidores da pasta. Ao todo, 87 funcionários do GSI foram dispensados depois dos atos antidemocráticos, em um movimento que ficou conhecido no Planalto como “desbolsonarização” do governo.

Na gestão de Jair Bolsonaro, Amaro foi chefe do Estado-Maior do Exército e comandante militar do Sudeste. Quando trabalhou com Dilma, costumava acompanhá-la nos passeios de bicicleta em torno do Alvorada.

Mesmo após a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e uma ala do PT pregarem mudanças no GSI, insistindo na escolha de um civil para o cargo, os ministros da Defesa, José Múcio Monteiro, e da Casa Civil, Rui Costa, sempre disseram que o gabinete deveria ser comandado por um militar.

“As Forças Armadas estão pacificadas”, afirmou Múcio. “Não é hora de mudar o comando”, completou ele, numa referência

ao GSI. Em março, Lula tirou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) da alçada do GSI e a transferiu para a Casa Civil. Desde que o petista assumiu a Presidência, havia a desconfiança de que uma “Abin paralela”, a serviço de Bolsonaro, atuava no Planalto.

Depois de tantas crises, o governo não quer criar nova frente de atrito com os militares. Aliados do chefe do Executivo têm sido orientados a intensificar a ofensiva contra bolsonaristas na CPMI criada para investigar os ataques de 8 de janeiro e a mostrar quem financiou o vandalismo na Praça dos Três Poderes — com pagamento de alimentação, passagens e hotéis em Brasília. A ordem, porém, é para que a base de Lula não adote estratégias que possam atingir generais próximos ao PT.

Vacinação

Prestes a retornar à secretaria-executiva do Ministério da

Justiça, Ricardo Cappelli disse, ontem, que editará portaria para obrigar os servidores do GSI a apresentar caderneta de vacinação com todos os registros atualizados.

“Quem mantém contato com o presidente da República deve cumprir o que orientam as autoridades sanitárias”, escreveu o ministro interino em sua conta no Twitter.

Na reunião ministerial sobre os 100 dias de governo, no dia 10, Lula já havia afirmado que servidores do Planalto deveriam apresentar carteira de vacinação para ter acesso ao prédio. “Ainda tem muita gente que não gosta da democracia impregnada aqui. Vamos conversar, porque, neste palácio, não trabalhará ninguém que não tenha o cartão de vacina”, enfatizou ele, na ocasião. Na prática, a medida também permitirá identificar quem é bolsonarista radical.